



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**ARACAJU/SE
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**ARACAJU/SE
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União
COR – Corregedoria Regional de Polícia Federal
DELEARM – Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas
DELEFAZ – Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários
DELEMAPH – Delegacia de Repressão a Crimes Contra Meio-ambiente/Patrimônio Histórico
DELEMIG – Delegacia de Polícia de Imigração
DELEPAT – Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio
DELEPREV – Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários
DELESP – Delegacia de Controle de Segurança Privada
DELINST – Delegacia de Defesa Institucional
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes
DREX – Delegacia Regional Executiva
GPOM – Grupo de Polícia Marítima
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
NAD – Núcleo Administrativo
NEOF – Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira
NIP – Núcleo de Inteligência Policial
NO – Núcleo de Operações
NUCOR – Núcleo de Correições
NUDIS – Núcleo de Disciplina
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
PPA – Plano Plurianual
Port. – Portaria
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial
SETEC – Setor Técnico-Científico
SR – Superintendência Regional
SRH – Setor de Recursos Humanos
RG – Relatório de Gestão
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro I – Identificação	11
Quadro II.A – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	27
Quadro II.B – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	28
Quadro II.C – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	29
Quadro II.D – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	30
Quadro III – Execução financeira das ações realizadas pela Unidade	32
Quadro IV - Identificação da Unidade Orçamentária	32
Quadro V – Movimentação orçamentária por grupo de despesa	33
Quadro VI – Despesas por Modalidade de Contratação	33
Quadro VII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	34
Quadro VIII – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	34
Quadro IX – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	36
Quadro X – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	36
Quadro XI – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2010	37
Quadro XII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	37
Quadro XIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	38
Quadro XIV – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/2010.....	38
Quadro XV – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12/2010.....	39
Quadro XVI – Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	39
Quadro XVII – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva ..	40
Quadro XVIII – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	40
Quadro XIX – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	41
Quadro XX – Estrutura de Controles Internos da UJ	42
Quadro XXI – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	44
Quadro XXII – Gestão de TI da UJ	45
Quadro XXIII – Utilização dos cartões de pagamento do governo federal	46

SUMÁRIO

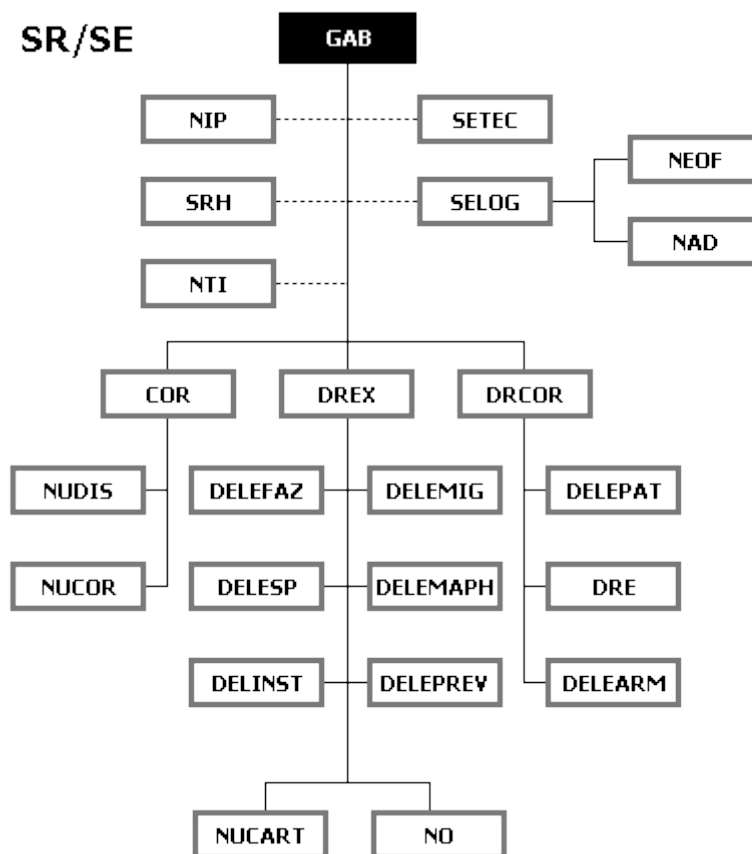
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	7
INTRODUÇÃO	8
PARTE A – CONTEÚDO GERAL	11
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	11
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	12
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	12
2.1.1. Competência Institucional	12
2.1.2. Objetivos Estratégicos	13
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	14
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.	26
2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.	26
2.3. Programas de governo sob a responsabilidade da unidade	26
2.3.1. Execução dos programas de Governo sob responsabilidade da UJ	27
2.3.2. Execução física das ações realizadas pela UJ	31
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	32
2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas	32
2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas	33
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação	33
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	34
2.4.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	34
2.4.3. Indicadores Institucionais	35
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	36
4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36
5. RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	36
6. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	42

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV	42
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	42
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	42
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.....	44
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS	45
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ	45
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	46
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	47
15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....	47
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - CGU	47
 PARTE B – ANEXOS	 48
1. DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	48
2. DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	49
3. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	50

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe está estruturada em 03 (três) unidades operacionais, composta pela sede da Superintendência, pelo Grupo de Polícia Marítima – GPOM, localizado no Terminal TEMIB, na cidade de Barra dos Coqueiros e pela Delegacia de Imigração, no Aeroporto Santa Maria, em Aracaju/SE.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009) para a SR/DPF/SE é o seguinte:



Estrutura Organizacional extraída do Regimento Interno - Anexo da Portaria 3.961 do Ministério da Justiça, de 24 de novembro de 2009:

“Art. 5º As Superintendências Regionais nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, **Sergipe** e Tocantins compõem se de:

1. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - SR

1.1. NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP

1.2. NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI

1.3. SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH

1.4. SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC

1.5. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG

1.5.1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF

1.5.2. Núcleo Administrativo - NAD

1.6. DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX

- 1.6.1. Núcleo de Custódia - CUSTÓDIA
- 1.6.2. Núcleo de Operações - NO
- 1.6.3. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG
- 1.6.4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV
- 1.6.5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ
- 1.6.6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST
- 1.6.7. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP
- 1.6.8. Delegacia de Repressão a Crimes Contra Meio-ambiente/Patrimônio Histórico - DELEMAPH
- 1.7. DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - DRCOR
 - 1.7.1. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT
 - 1.7.2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM
 - 1.7.3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE
- 1.8. CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL - COR
 - 1.8.1. Núcleo de Disciplina - NUDIS
 - 1.8.2. Núcleo de Correições – NUCOR”

Competência extraída do Regimento Interno - Anexo da Portaria 3.961 do Ministério da Justiça, de 24 de novembro de 2009.

“Art. 24. Às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal;

II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.”

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

O conteúdo geral deste relatório está estruturado de forma sequencial, segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja: informações gerais de identificação, informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, informações sobre restos a pagar de exercícios anteriores, informações sobre os recursos humanos, informações sobre critérios ambientais de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços, informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário, informações sobre a gestão de tecnologia da informação, informações sobre a utilização de cartões

de pagamento do governo federal e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes às transferências de recursos mediante convênio e à renúncia tributária não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UJ.

No exercício de 2010 não houve deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatório de auditoria da CGU nem recomendações realizadas pela unidade de controle interno.

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe está estruturada em 03 (três) unidades operacionais, composta pela sede da Superintendência, pelo Grupo de Polícia Marítima – GPOM, localizado no Terminal TEMIB, na cidade de Barra dos Coqueiros e pela Delegacia de Imigração, no Aeroporto Santa Maria, em Aracaju/SE.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional 09 (nove) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, **subordinadas à Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes e Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), 03 (três) Setores (Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial) e 08 (oito) Núcleos (Núcleo de Operações, Núcleo de Cartório **subordinados a Delegacia Regional Executiva**, Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial, Núcleo de Administração, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, estes dois **subordinados ao Setor de Administração e Logística Policial**, Núcleo de Disciplina e Núcleo de Correições, estes dois últimos **subordinados a Corregedoria**).

O Estado de Sergipe ocupa porção estratégica do ponto de vista econômico no território nacional. Localizado na Região Nordeste, tem como limites o oceano Atlântico à leste e os estados da Bahia, à oeste e ao sul, e de Alagoas, ao norte, do qual está separado pelo Rio São Francisco. Ocupa uma área total de 21.910 km². Em 2010, sua população foi estimada em 2.068.031 habitantes. A capital e maior cidade é Aracaju. Ao todo, o Estado possui 75 municípios divididos nas mesorregiões do Leste, Agreste e Sertão sergipanos. A exploração de recursos minerais é uma atividade muito importante para o Estado, sendo explorado o petróleo, gás natural, calcário e potássio. A Petrobras explora campos de petróleo e gás natural no Estado, tanto em terra como no mar, sendo o 6º Estado brasileiro em produção de petróleo, com uma produção de 41.647 barris/dia, ficando atrás do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Amazonas, Bahia e Espírito Santo. Duas rodovias federais cortam o Estado, a BR-101, em sentido sul-norte e a BR-235 no sentido oeste-leste. O Aeroporto Internacional de Aracaju (Aeroporto Santa Maria) é o único do Estado administrado pela INFRAERO. Nele circulam diariamente 6 mil pessoas e há ainda operações de helicópteros que transportam passageiros para plataformas de petróleo no litoral do Estado.

Diante dessa realidade, a Superintendência Regional concentrou seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, como o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, o crime financeiro, a sonegação fiscal, as fraudes contra a previdência social, a corrupção e o desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu principal instrumento. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas.

No ano de 2010, a SR realizou 12 (doze) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 21 (vinte e um) mandados de busca e apreensão e 22 (vinte e duas) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 606 (seiscentos e seis) Inquéritos Policiais, concluídos 495 (quatrocentos e noventa e cinco), e ficaram em aberto (em andamento) 728 (setecentos e vinte e oito) inquéritos.

Considerando que em 2010 foi ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência teve como meta para o exercício priorizar a área de defesa institucional, o combate aos crimes eleitorais e os desvios de dinheiro público. Também foram priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e aos crimes financeiros.

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Sergipe - SR/DPF/SE			
Código SIORG: 001158	Código LOA: n/a		Código SIAFI: 200030
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(079) 3234-8500	(079) 3234-8502	(079) 3234-8580
E-mail: gab.srse@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Augusto Franco, nº 2260, Siqueira Campos, Aracaju/SE. CEP 49750-100			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>- Transformação em SR - Port. 039, de 17/03/75, publicado no BS. 052, de 18/03/75.</p> <p>- Criação de DAS - Dec. 77.649, de 19/05/76, publicado no DOU. 097, de 20/05/76.</p> <p>- Resumo histórico:</p> <p>Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 163, de 15/04/65, BS. 073, de 20/04/65. Transformada em Divisão pelo Dec.70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72. Elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.</p> <p>FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
<p>As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:</p> <p><i>“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:</i></p> <p><i>I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;</i></p> <p><i>II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;</i></p> <p><i>III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;</i></p> <p><i>III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;</i></p> <p><i>IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”</i></p>			

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
200344	Departamento de Polícia Federal (TESOURO)
200345	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL)

Observação: A Unidade Gestora denominada Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) executa recursos específicos oriundos, dentre outras, de multas de Segurança Privada, taxas de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, e de taxas de Migração. São despesas destinadas, principalmente, ao pagamento de diárias aos servidores em missões policiais em todo o território nacional.

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1.1) COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, criado pelo Decreto-Lei nº 6.378/1944, que faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados da Federação pelas Superintendências Regionais, que executam suas próprias despesas, como unidades gestoras. A Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe (SR/DPF/SE) possui circunscrição em todo o território do Estado de Sergipe.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos órgãos de segurança pública incumbida de atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, devendo *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária,

contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a SR/DPF/SE exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência Regional.

2.1.2) OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No ano de 2010 foram eleitos de forma ampla pela Direção Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da missão da instituição que é *“Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”*

Isso para atingir a sua visão de futuro que é *“Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”*

2.2) ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Para atender aos objetivos e prioridades organizacionais, no exercício de 2010, a atuação da Superintendência Regional no Estado de Sergipe abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado, seguindo as diretrizes da Direção Geral com orientação das diretorias e coordenações das respectivas áreas.

No ano de 2010 a Superintendência Regional do DPF em Sergipe apresentou dados recordes de apreensões de drogas ilícitas no Estado. A Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE realizou no ano:

Apreensão de cocaína/crack:	368 kg
Apreensão de maconha:	378 kg
Prisões:	32 presos
Operações policiais:	52 operações
Automóveis apreendidos:	15
Caminhões apreendidos:	04
Barcos apreendidos:	02
Armas apreendidas:	01
Flagrantes lavrados:	20

Como forma de controlar a produção e comercialização de materiais que podem servir de insumos à produção de drogas ilícitas, a DRE fiscaliza as empresas produtoras de material químico, tendo realizado nesse ano de 2010:

Atendimentos ao público	150
Fiscalizações	35
Licenças expedidas	35
Licenças renovadas	91
Autuações/notificações	12

Na sua atuação no controle de concessão de porte de arma de fogo, a Delegacia de Repressão ao Tráfico de Armas – DELEARM realizou no ano de 2010 o credenciamento de psicólogos para aplicação de testes de aptidão para manuseio de arma de fogo e também apresentou em suas estatísticas:

Porte/renovação de porte de arma	26
----------------------------------	----

Porte funcional (guarda municipal)	212
Registro/renovação de registro de arma	2723
Armas apreendidas	19
Recuperação de arma decorrente de furto/roubo	01
Armas transferidas	640
Armas cadastradas (campanha do desarmamento)	2073
Armas entregues (campanha do desarmamento)	223

A Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT realizou no ano a prisão de 07 (sete) pessoas por roubo a agências dos Correios. Dentre tais prisões, 05 (cinco) decorreram de mandados de prisão cautelar expedidos pela Justiça Federal a pedido de Autoridades Policiais.

Além disso, a DELEPAT registrou no ano:

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Condução de inquéritos	Todo o Estado	Apurar autoria e materialidade	78 Instaurados; 54 Relatados; 77 em andamento; 00 para instaurar; 56 indiciamentos.
Palestra sobre repressão a drogas	Aracaju	Discussão sobre a repressão de drogas no Estado	Debate em evento organizado pelo Núcleo de Estudos da Mente Humana e Espiritualidade da UFS
Palestra sobre provas	Aracaju	Discussão sobre a prova nos trabalhos da CGU	Aprimoramento dos trabalhos dos técnicos da CGU

A Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH realizou no de 2010 atividades inovadoras, como a implantação do Programa Carbono Neutro, com o objetivo de neutralizar os níveis de carbono emitido pela Superintendência em suas atividades.

Além disso, a DELEMAPH realizou as seguintes operações:

ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Condução de inquéritos	Todo o Estado	Apurar autoria e materialidade	42 Instaurados; 26 Relatados; 109 em andamento; 00 para instaurar; 48 indiciamentos
Carbono neutro	Aracaju	Neutralizar emissão de	Plantio de 500 mudas

		carbono SR/SE	
Palestras sobre pedofilia na internet	Aracaju	Prevenção Primária sobre abuso sexual pela internet	Duas palestras realizadas: uma no Colégio Estadual Marco Maciel (18/05/2010) e outra para os conselheiros tutelares do Estado de Sergipe (15/09/2010)

Um dos pontos a destacar no ano de 2010 foi a realização de viagens ao interior para instrução de inquéritos, aqui nominado de cartório itinerante. Foram expedidas 86 Ordens de Missão Policiais pela DELEMAPH em 2010, tendo 17 delas acontecido na modalidade cartório itinerante, vide tabela:

CARTORIO ITINERANTE			
Nº OMP/2010	DESTINO	DIAS	OITIVAS
366	Feira Nova	2	12
449	Japaratuba	1	7
54	Estância	1	3
62	Santa Luzia do Itanhy	1	2
77	Japaratuba	1	5
89	Japaratuba	1	2
253	Pedra Mole, Macambira	2	8
295	Pedra Mole, Macambira	2	5
315	Capela	1	5
317	Capela	1	8
322	Poço Redondo, Canindé	3	12
974	Nossa Sra. Socorro	1	1
975	Poço Redondo, Canindé	3	8
987	Itabaiana	1	5
1143	Poço Redondo, Canindé	5	30
1215	Poço Redondo, Canindé	4	14
1305	Pinhão, Pedra Mole	5	21
17 viagens	Total:	35	148
	Média oitivas por dia:	4,22	

A Delegacia de Defesa Institucional – DELINST possui Inquéritos Policiais relacionados a crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores consistentes na divulgação de imagens de pedofilia, crimes eleitorais e conexos, a grande maioria consistente na transferência fraudulenta de domicílio eleitoral e toda a sorte de fraudes eleitorais, bem como crimes de ódio, mormente a prática de discriminação racial e ainda divulgação de propaganda de conteúdo nazista na rede de computadores.

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Condução de inquéritos	Todo o Estado	Apurar autoria e materialidade	42 Instaurados; 32 Relatados; 74 em andamento; 00 para instaurar; 68 indiciamentos.
Condução de Termos Circunstanciados	Todo o Estado	Apurar autoria e materialidade	01 Instaurados 00 Relatados 01 em andamento
Investigações Preliminares	Todo o Estado	Colher elementos que confirmem a existência de crime	Quase a totalidade de investigações preliminares resultou na instauração de IPLs

A DELINST ainda realizou o Planejamento, Coordenação e Execução da **Operação Eleições 2010**, primeiro e segundo turnos, com realização de policiamento preventivo, com presença ostensiva de equipes desta Unidade Regional em **03** (três) municípios do interior do estado (Itabaiana, Lagarto e Canindé de São Francisco), bem como na cidade de Aracaju e regiões metropolitanas.

Houve ainda a elaboração do Plano de Segurança Orgânica de Instalações, objetivando a implantação de novos sistemas de monitoramento e vigilância das dependências do edifício sede do DPF em Sergipe, a qual contou com a participação de servidores do SETEC/SR/DPF/SE, NO, DELESP e NIP.

A DELINST também é responsável pela segurança de dignitários e no ano de 2010 realizou:

PERÍODO	DIGNITÁRIO
De 16/11/2010 a 17/11/2010	OMP N°. 1295/2010 – DELINST/SR/DPF/SE Ministro da Saúde – José Gomes Temporão
De 16/07/2010 a 17/07/2010	Ministro Ricardo Lewandowski – Presidente TSE
De 12/11/2010 a 13/11/2010	OMP N°. 1288/2010 – DELINST/SR/DPF/SE Ministro Ricardo Lewandowski – Presidente TSE
Não registrado	Ministro Ricardo Lewandowski –

	Presidente TSE
Não registrado	Candidato à Presidência da República

A Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV apresentou na sua atividade investigativa de crimes de natureza previdenciária:

ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Condução de inquéritos	Todo o Estado	Apurar autoria e materialidade	65 Instaurados; 83 Relatados; 57 indiciamentos
Condução de termos circunstanciados de ocorrência	Poço Redondo	Apurar autoria e materialidade	01 Instaurado e relatado
Diligências preliminares	Todo o Estado	Angariar elementos para a instauração de IPLs	03 Iniciadas e concluídas

A Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ apresentou em sua atividade a instauração de diversas novas investigações e a conclusão, com sucesso, de um maior número de investigações já iniciadas.

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Condução de inquéritos	Todo o Estado	Apurar autoria e materialidade	267 Instaurados; 272 Relatados; 234 em andamento; 05 para instaurar; 386 indiciamentos.
Condução de Termos Circunstanciados	Todo o Estado	Apurar autoria e materialidade	06 Instaurados 04 Relatados 02 em andamento
Investigações Preliminares	Todo o Estado	Colher elementos que confirmem a existência de crime	Quase a totalidade de investigações preliminares resultou na instauração de IPLs

A Delegacia de Controle de Segurança Pública – DELESP, em sua atividade de controle e fiscalização da atividade de segurança privada, instituições financeiras e controle de expedição de carteiras de vigilantes, realizou no ano de 2010:

DADOS DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA EM SERGIPE	
	TOTAL
Empresas de segurança e vigilância patrimonial	08
Empresas de vigilância transporte de valores, segurança pessoal e escolta armada.	04
Cursos de formação de vigilantes	02
Total de empresas especializadas no Estado de Sergipe	14
Total de veículos especiais de transporte de valores	35
Total de empresas de segurança orgânica	10
DADOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
	TOTAL
Circunscrição do Estado de Sergipe-municípios	75
Estabelecimentos financeiros no estado	206
Vistorias de agências bancárias e PAB's e portarias expedidas	206
DADOS SOBRE ARMAS	
Total de armas regulares	1923
Comunicações de incidentes de roubo/furto de armas de fogo nas empresas especializadas	332
Armas arrecadadas e apreendidas	034
Guia de tráfego armas expedidas	061
AUTORIZAÇÕES DE FUNCIONAMENTO CONCEDIDAS	
Segurança Pessoal	01
OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS	
Alteração de atos constitutivos	01
Revisão da autorização para funcionamento	17

Renovação do certificado de segurança	15
Renovação do certificado de vistoria	36
Autos de constatação de infração	19
Autos de encerramento de atividades	03
PROCEDIMENTOS GESP	
Cadastramento de empresas	08
Atualizações	50
VISTORIAS REALIZADAS	
Vistoria das instalações de empresa de vigilância e orgânica	02
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	36
Vistorias nas empresas especializadas	13
DADOS DOS VIGILANTES	
Total de vigilantes em atividade	5.050
Certificados de vigilantes registrados	2.042

ÍNDICES	VALOR (R\$)
Total de taxas arrecadadas	324.432,61
Total de multas pagas	65.621,58
Total geral	390.054,19

A Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG realizou no ano de 2010 diversas operações de patrulha e defeso, emitiu documentos relativos a imigração e controle de estrangeiros, entre diversas outras atividades.

ATIVIDADES	TOTAL
Sindicâncias de estrangeiros	41 (quarenta e uma)
Prorrogações de turistas	65 (sessenta e cinco)

Autorização para embarque armado	760 (setecentos e sessenta)
Emissão de Carteira de Estrangeiro	57 (cinquenta e sete)
Registro de Estrangeiro	57 (cinquenta e sete), sendo 38 permanentes e 19 temporários
Passaportes de Emergência – NÃO ICAO REGULAR	53 (cinquenta e três) - solicitados 50 (cinquenta) - entregues
Passaportes Comuns – ICAO REGULAR	6.788 (seis mil, setecentos e oitenta e oito) - solicitados 6.677 (seis mil, seiscentos e setenta e sete) - entregues
Passaporte Comum – ICAO URGENTE	113 (cento e treze) entregues
Passaporte para Estrangeiro – NÃO ICAO – REGULAR	xxxxxx
TOTAL DE PASSAPORTES ENTREGUES (todos os tipos)	6.840 (seis mil oitocentos e quarenta)

A DELEMIG ainda realizou arrecadação de R\$ 1.227.366,35 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos) em favor da União, com a emissão de documentos.

ATIVIDADES	VALORES (R\$)
Recadastramento de estrangeiros	366,02
Emissão de C.I.E. (outras vias)	1.220,12
Pedido de Permanência	4.590,00
Expedição de passaporte comum	1.099.824,75
Expedição de passaporte sem apresentação do anterior	51.503,10
Pedido de Naturalização	1.439,76
Registro de Estrangeiro	10.461,96
C.I.E. (1ª via)	24.100,62
Prorrogação prazo de estada	4.891,00

Pedido de transferência de visto	612,00
Transferência do provisório em permanente – carteira de estrangeiro	156,07
Multa – deixar de regressar no prazo estabelecido	1.514,97
Multa – demorar-se no território nacional após esgotado o prazo estabelecido	6.083,96
Expedição de certificação de cadastro e visto de empresa de transporte marítimo internacional	2.128,20
Fiscalização de embarcações em viagem de curso internacional	18.089,70
Pedido de republicação de despacho	366,12
TOTAL ARRECADADO PELA DELEMIG	1.227.366,35

O Núcleo de Operações da Superintendência Regional – NO realizou em 2010, como apoio as atividades operacionais da Superintendência:

ATIVIDADE	TOTAL
Mandados de prisão cumpridos da Justiça Federal	22
Mandados de prisão cumpridos da Justiça Eleitoral	09
Mandados de prisão cumpridos da Justiça do Trabalho	07
Mandados de prisão cumpridos da Justiça Comum	08
Reintegração de posse e desocupação da Justiça Federal	37
Condução de presos	69
Localização de pessoas para a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Comum e MPF	79
Intimações e localizações – IPL's	898
Apoio a outras Superintendências	21
Condução coercitiva para a JF, JT, JE e MPF	14
Segurança de dignitários	11
Operações conjuntas - Ibama, Incra, Funai, Min.	19

Agricultura e MPF	
OUTRAS MISSÕES	QUANTIDADE
DDH/CGDI/DIREX	09
Operação ROOSEVELT – SR/RO	21
Apoio a operações da DREX/DRCOR/NIP/SR/SE	78
Ordens de Missão	345
Flagrantes	04

O Núcleo de Cartório da Superintendência – NUCART, responsável pela coordenação dos escritórios e suas atividades cartorárias junto aos Inquéritos Policiais Federais, informa que no ano de 2010 houve:

ESTATÍSTICA DE ATOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	TOTAL
Inquéritos instaurados	606
Inquéritos em andamento	721
Inquéritos relatados	496
Termos circunstanciados	21
Cartas Precatórias	60
Registros Especiais (LRE)	65

O Setor de Administração e Logística Policial – SELOG enfrentou em 2010 a revisão dos contratos em vigor, encerrou contratos inoportunos ou inadequados e realizou novas licitações e contratações:

CONTRATOS	PROVIDÊNCIA
Contrato para transporte de mobiliário	Encerrado sem renovação. A utilidade desse contrato era esporádica e o preço estava acima do valor de mercado.
Contrato de fornecimento de combustível	Encerrado por iniciativa da Administração. O contrato era realizado com um único posto local que deveria abastecer a

	Superintendência e suas atividades em âmbito nacional.
Contratos de fornecimento de peças	Encerrados sem renovação. Havia duas empresas locais que deveriam fornecer peças para a Superintendência e suas atividades em âmbito nacional.
Contratos de manutenção de veículos	Encerrado por iniciativa da Administração. O contrato era realizado com uma única oficina local que deveria atender a Superintendência e suas atividades em âmbito nacional.
Contratação de sistema de gerenciamento de frota	Tal contratação foi realizada em substituição às contratações acima citadas. Uma empresa com postos e oficinas em todo o território nacional que atende às necessidades operacionais da SR/SE.
Contratação de Telefonia Celular	Contratada empresa de telefonia celular para atender as necessidades operacionais e administrativas da Superintendência quanto a comunicação móvel em todo o território. Economia de 45% para a SR.
Contratação de energia elétrica	Haviam 2 contratos em vigor para o mesmo serviço, sendo sanada a situação com a permanência de apenas um.
Contratação de fornecimento de garrafas de água mineral	A contratação se dava por dispensas de licitação em seqüência. Agora há uma contratação através de SRP, anual. Gerou economia de 42% para a SR.
Contratação de manutenção em embarcações	Realizada licitação e contratação de empresa para manutenção corretiva e preventiva de embarcações do GPOM.
Contratação de serviço de recepcionistas	Contratados 4 (quatro) postos de recepcionistas para a SR e plantão da DELEMIG no aeroporto internacional.
Contratação de agente de integração para estágio	Contratada empresa para intermediação de seleção de estagiários de nível médio e superior para troca de experiências e conhecimento.
Licitação para serviço de vigilância	Iniciada em 2010 concluída em Fev/11 a licitação para contratação de serviço de vigilância noturna para as

	dependências da SR.
Licitação para fornecimento de material de consumo de informática	Iniciada em 2010 concluída em Fev/11 a licitação para contratação empresas para fornecimento de material de informática.

O Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI teve como atividades no ano:

- 1- Implantação do Registro Eletrônico de Frequência.
- 2- Implantação do Tetrapol no Estado de Sergipe.
- 3- Implantação do novo sistema de controle de viaturas.
- 4- Apoio na realização de pregão eletrônico para compra de material de consumo.
- 5- Ampliação do sistema de câmeras de vigilância.
- 6- Iniciado desenvolvimento de um novo sistema de OMP, de suporte e de controle de material de consumo.
- 7- Desenvolvimento de um sistema para controle de material permanente.

Prestando apoio as atividades policiais na realização de exames periciais, o Setor Técnico Científico – SETEC apresentou no ano:

PRODUÇÃO LAUDOS	
Área de Exame	Total
Perícias Contábeis e Econômicas	7
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	17
Perícias de Balística Forense	19
Perícias de Biometria Forense	1
Perícias de Engenharia	5
Perícias de Informática	28
Perícias de Laboratório	47
Perícias de Local de Crime	56
Perícias de Meio Ambiente	12
Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	3
Perícias de Veículos	27
Perícias Documentoscópicas	117
Perícias Merceológicas	7
TOTAL GERAL	346

PRODUÇÃO LAUDOS	
Área de Exame	Total
Tipo de Documento	Total
Informação	28
Informação Técnica	46
Parecer Técnico	3
TOTAL	77

Todas essas informações revelam o comprometimento da Superintendência Regional no combate às infrações penais que causem dano ou ameaça de dano à União e suas autarquias.

2.2.1) ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA

O plano de ação e a estratégia de atuação a ele associada, quando compartilhados e revisados permanentemente, geram o benefício de orientar os trabalhos da SR/DPF/SE, nas suas diversas funções e atividades, promovendo a convergência dos esforços de toda a equipe e tornando mais eficiente a utilização dos recursos disponíveis.

2.2.2) ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO

No plano de ação anual, não foi necessária a adoção de mudanças nas linhas de atuação, modificando o referido plano, por entender que os ajustes são necessários à melhor utilização dos recursos existentes frente às forças e fraquezas internas e às oportunidades e ameaças externas que se apresentaram.

Não foram realizadas alterações relevantes ao longo do exercício no plano de ação, pois não ocorreram aspectos relevantes que justificassem adoção das decisões.

As limitações internas da unidade como problemas de instalações, deficiências de pessoal, restrições no orçamento e nos recursos financeiros, de forma exclusiva ou conjunta, levaram à opção por um determinado caminho ou orientação para a gestão e a abandonar outras opções.

2.3) PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade compartilhada da SR/DPF/SE será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da SR/DPF/SE e Execução Física das ações realizadas. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade, enquanto o segundo apresenta os resultados físicos alcançados na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de referência do relatório de gestão.

2.3.1) EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta em suas atividades finalísticas no PPA 2008-2011 dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A SR/DPF/SE atua apenas como executora dos programas e respectivas ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e não houve por parte da Sede a regionalização das referidas metas.

Quadro II.A - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade.				
Tipo do Programa: Finalístico.						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça.						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.						
Gerente: Não informado.				Responsável: Departamento de Polícia Federal.		
Público Alvo: Sociedade.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	1.420.903,21	1.415.199,17	5.704,04	1.415.199,17	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,99	70,00	75,00	90,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado						
Quanto menor o índice, melhor para a Superintendência, pois indica quantidade de média de dias para a conclusão de um inquérito desde a sua instauração até a conclusão. No caso da Superintendência Regional em Sergipe, conforme se verifica, o índice apresenta-se acima do exigido no PPA. Este fato se justifica em razão do volume de trabalho e complexidade da investigação. O prazo de 90 dias inclui o tempo de permanência dos inquéritos na Justiça Federal e no Ministério Público Federal.						
Ordem	Indicador (Unidade	Referência			Índice	Índice

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (percentagem)	31/12/2006	63,60	80,00	70,00	82,17%

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.

Análise do Resultado Alcançado

Conforme se verifica, conseguiu-se atingir índices melhores que o exigido PPA devido a melhoria nos procedimentos adotados na condução dos inquéritos em andamento, na melhor qualificação do pessoal e na utilização de técnicas mais adequadas para agilizar a conclusão dos inquéritos. Em 2010 foram instaurados 606 inquéritos e relatados 495, o que permitiu um índice maior que 80, objetivo constante desta unidade para redução do número de inquéritos acumulados.

Outrossim, como se pode ver do item 2.2 supra, iniciativas como a criação do cartório itinerante colaboraram para a melhor instrução das investigações, tendo a autoridade policial e sua equipe se deslocado para o local dos fatos, lá realizando as oitivas e colhendo as provas necessárias para a elucidação dos fatos e sua autoria.

A DRE, por sua vez, tem aumentado consideravelmente os índices de prisões e apreensões de drogas no Estado, gerando aumento do número de inquéritos instaurados e relatados.

As restrições orçamentárias sofridas em 2010 com o corte de 40% (quarenta por cento) no valor do orçamento da unidade para gastos com diárias e passagens prejudicaram as ações da Polícia Federal que envolvessem atuação intermunicipal ou interestadual. Ainda assim, a Superintendência conseguiu realizar operações de grande porte, como a Operação Eleições 2010, em que se atuou de forma preventiva e repressiva na capital e em mais 3 cidades do interior do Estado evitando a ocorrência de crimes eleitorais nas Eleições Presidenciais, para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa.

Fonte: SISCART

Quadro II.B - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0087		Denominação: Gestão da Política de Previdência Social			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável.					
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.					
Gerente: Carlos Augusto Simões Gonçalves			Responsável: n/d		
Público Alvo: Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				

n/a	n/a	728,01	728,01	-	728,01	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	n/d	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte:SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Quadro II.C - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Gestão	Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
200344	n/a	n/a	2.452.989,81	2.293.863,32	159.126,49	2.283.293,08
200345	n/a	n/a	-	-	-	-
Informações sobre os resultados alcançados						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não possui	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Quadro II.D - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Objetivos Específicos: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social						
Gerente: Ronaldo Teixeira da Silva				Responsável: n/d		
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	77.540,85	77.540,85	--	77.540,85	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre a população da amostra que se sente segura nos territórios de descoesão social em determinado período de tempo e o total da população da amostra, segundo a fórmula: Índice de sensação de segurança = (Pessoas que se sentem seguras/Total de pessoas da amostra X 100).						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/SE.						
2	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre homicídios (óbitos por agressão e por intervenção legal) no ano e a população estimada, segundo a fórmula: taxa de mortalidade por homicídios = (Óbitos por homicídio/População estimada no ano) X 100.000						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/SE.						
3	Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social (1/100.000 habitantes)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio nos territórios de descoesão social em 12 meses e a população dos territórios estimada ao meio do período, segundo a fórmula: Taxa = (Número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio/População ao meio do período X 100.000).						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/SE.						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.2) EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Neste demonstrativo estão relacionadas as ações orçamentárias constantes da LOA do exercício de 2010 que foram objeto da gestão. O demonstrativo é composto de dez (10) itens de informação, compondo uma linha detalhe da LOA, conforme se descreve no quadro a seguir.

Quadro III - Execução financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2011	Prev.	Real.	Para 2011
06 - Segurança Pública	181	0662	2726	A	3	Operação Realizada	NA	70	NA	NA	1.328.797,72	NA
06 - Segurança Pública	183	0662	2720	P	3	% de Execução Física	NA			NA	32.180,37	NA
06 - Segurança Pública	128	0662	4572	P	3	% de Execução Física	NA	50	NA	NA	6.150,00	NA
06 - Segurança Pública	125	0662	2679	A	3	Documento Emitido	NA			NA	38.312,38	NA
06 - Segurança Pública	422	1453	20EV	A	3	Ação Realizada	NA			NA	61.738,31	NA
06 - Segurança Pública	422	1453	8375	A	3	Ação Realizada	NA			NA	15.802,54	NA
06 - Segurança Pública	122	0750	2000	A	1, 3 e 4	Execução Física	NA			NA	2.287.166,01	NA
09 - Previdência Social	122	0750	2000	A	3 e 4	Execução Física	NA			NA	6.697,31	NA
09 - Previdência Social	271	0087	8452	A	3	-	NA			NA	728,01	NA

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

2.4) DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1) PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Quadro IV - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200344
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200345

2.4.1.1) PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.2) PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.3) QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.4) MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Quadro V - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200019		3.927,72	-	3.952.729,76
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200019		44.184,21	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI2010

A SR/DPF/SE somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora.

2.4.2) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

2.4.2.1) DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O quadro abaixo, denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ, contempla duas (2) colunas com informações sobre a Despesa Empenhada e a Despesa Liquidada, cada uma delas dividida nos exercícios 2009 e 2010. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Licitação” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Registro de Preços, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “Regime de Execução Especial” está o Suprimento de Fundo, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias.

Quadro VI - Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	1.158.654,92	1.152.759,55	952.597,58	1.018.673,04
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-

Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.158.654,92	1.152.759,55	952.597,58	1.018.673,04
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	903.566,23	905.636,75	856.602,31	870.026,53
Dispensa	640.487,77	613.986,66	621.512,37	605.519,30
Inexigibilidade	263.078,46	291.650,09	235.089,94	264.507,23
Regime de Execução Especial	43.402,37	149.145,26	43.402,37	149.145,26
Suprimento de Fundos	43.402,37	149.145,26	43.402,37	149.145,26
Pagamento de Pessoal	991.859,66	1.505.253,92	991.859,66	1.505.253,92
Pagamento em Folha ¹	32.702,56	3.927,72	32.702,56	3.927,72
Diárias	959.157,10	1.501.326,20	959.157,10	1.491.622,16
Outros	311.744,15	239.366,40	302.220,02	239.366,40

Fonte: SIAFI2009 e 2010.

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

2.4.2.2) DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Quadro VII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	32.702,56	3.927,72	32.702,45	3.927,72			32.702,56	3.927,72
1º elemento de despesa	32.702,56	3.927,72	32.702,56	3.927,72	-	-	32.702,56	3.927,72
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	3.163.031,43	3.904.278,95	3.163.031,43	3.904.278,95	85.761,00	157.530,58	3.077.270,43	3.521.181,82
1º elemento de despesa	959.157,10	1.501.326,20	959.157,10	1.501.326,20	22.505,40	5.704,09	959.157,10	1.495.622,16
2º elemento de despesa	268.174,85	244.501,74	268.174,85	244.501,74	54.555,88	-	268.174,85	243.334,38
3º elemento de despesa	195.055,58	240.000,00	195.055,58	240.000,00	2.175,59	66.395,89	195.155,58	173.604,11
Demais elementos do grupo	1.740.643,90	1.918.451,01	1.740.643,90	1.918.451,01	6.524,13	85.430,60	1.654.782,90	1.608.621,17

Fonte: SIAFI2009 E 2010.

2.4.2.3) DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Quadro VIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de

Valores em R\$ 1,00

Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	213.493,34	43.955,21	213.493,34	43.955,21	678.880,26	646.093,39	36.708,95	36.655,21
1º elemento de despesa	213.493,34	43.955,21	213.493,34	43.955,21	678.880,26		36.708,95	36.655,21
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI2009 e SIAFI2010.

2.4.3) INDICADORES INSTITUCIONAIS

Diante da grande dificuldade de se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinidades de atribuições e de processos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as unidades da Polícia Federal, esta Regional não possui tais elementos institucionalizados.

Para resolver os problemas acima expostos, a Direção Geral contratou a Fundação Getúlio Vargas – FGV – para mapear os processos da instituição e estabelecer indicadores de desempenho para todo do departamento, visando a elaboração de uma instrução normativa para definir os métodos e os responsáveis para gerenciar cada indicador. Salienta-se que tal necessidade foi motivo de cobrança através do Acórdão nº 552/2009-TCU – 1ª Câmara, tendo as providências solicitadas a Direção Geral através do Ofício nº 10395/09-GAB/SR/DPF/MS.

Como não foram apresentados tais indicadores foi questionada a Sede em Brasília, por meio de contato com o Escritório de Planejamento Estratégico, o qual remeteu a seguinte informação:

“[...] o contrato com a FGV foi interrompido e não chegou a gerar resultados práticos. Em relação a novas iniciativas o CIGE (Centro Integrado de Gestão Estratégica) tem estudado sobre indicadores e neste momento estão sendo propostos, com a participação de representantes de todas as Diretorias, indicadores de desempenho e metas para 4 Objetivos do Mapa Estratégico do Ministério da Justiça que ficaram sob responsabilidade da Polícia Federal.

Em seguida a este trabalho o CIGE, com a participação dos representantes das Diretorias, irá iniciar o trabalho para propor indicadores e metas para o Mapa Estratégico da Polícia Federal (vide <http://intranet.dpf.gov.br/cige/servicos/escritorio-de-planejamento-estrategico-epes/MapaEstrategicoPF.pdf>) de forma alinhada com o proposto para o MJ, sendo um passo posterior o desmembramento do nosso Plano estratégico (vide página do CIGE na intranet <http://intranet.dpf.gov.br/cige>) para os Planos Táticos e Planos Operacionais e que com certeza atingirá toda a Polícia Federal.

Temos ainda em relação aos indicadores o trabalho de revisão dos indicadores e metas para os Planos e Ações que serão propostos no PPA 2012-2015 que está sendo feito por um Grupo de Trabalho[...]”

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Quadro IX - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

<i>Identificação da Conta Contábil</i>					
<i>Código SIAFI</i>		<i>Denominação</i>			
200030		SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE			
<i>Linha Detalhe</i>					
<i>UG</i>	<i>Credor (CNPJ/CPF)</i>	<i>Saldo Final em 31/12/2009</i>	<i>Movimento Devedor</i>	<i>Movimento Credor</i>	<i>Saldo Final em 31/12/2010</i>
200030	00.394.494/0030-41	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Razões e Justificativas:</i>					

Fonte: SIAFI

Para a Superintendência, não ocorreu no período.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro X – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

<i>Restos a Pagar Processados</i>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
...	-	-	-	-
<i>Restos a Pagar não Processados</i>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2010</i>
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
...	-	-	-	-
<i>Observações:</i>				
No que se refere aos restos a pagar verifica-se que tal não ocorreu no período, o que revela organizada administração financeira da unidade.				

Fonte: SIAFI

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

Quadro XI - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		158		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários			08	
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		03	01	01
1.4.2 Removidos			16	12
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada		01		
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		04		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		25		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total				

Quadro XII - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acim a de 60
1. Provimento de cargo efetivo					

1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	07	58	57	32	04
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		01		03	
2. Provisão de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		01	02	02	
2.3. Funções gratificadas	03	10	06	01	

Fonte:

Quadro XIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provisão de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					43	115			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provisão de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas									

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte:

5.2) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Quadro XIV - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária		04
1.2 Compulsório		

2010									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença									
2008									
2009									
2010									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial									
2008									
2009									
2010									
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2008									
2009									
2010									
Servidores ocupantes de Funções gratificadas									
2008									
2009									
2010									

Fonte:

5.5) CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Quadro XVII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SR/DPF/SE													
UG/Gestão: 200030						CNPJ: 00.394.494/0041-23							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	06/2008	24.270.795/0001-16	02/04/08	31/12/11	X			X			P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CPL/SR/SE

Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante												
Nome: SR/DPF/SE												

UG/Gestão: 200030					CNPJ: 00.394.494/0041-23									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	2 e 3	O	09/2008	07.119.176/0001-06	02/04/08	31/12/11	X			X				P
2009	1	O	05/2009	01.068.730/0001-97	01/01/09	31/12/11				X				P

Observação:

LEGENDA

Área:

- Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- Serviços de Copa e Cozinha;
- Manutenção e conservação de Bens Móveis;
- Serviços de Brigada de Incêndio;
- Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
- Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CPL/SR/SE

Quadro XIX - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
06/2008	7	12	SR/DPF/SE
09/2008	2/3	2	SR/DPF/SE
05/2009	1	4	SR/DPF/SE

LEGENDA

Área:

- Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
- Serviços de Copa e Cozinha;
- Manutenção e conservação de Bens Móveis;
- Serviços de Brigada de Incêndio;
- Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
- Higiene e Limpeza;
- Vigilância Ostensiva;
- Outras.

Fonte: CPL/SR/SE

- Desempenho funcional

As avaliações de desempenho funcional foram distribuídas desta forma:

- 1) Policiais: Avaliação de Estágio Probatório e Avaliação para fins de promoção;
- 2) Administrativos: Avaliação de Estágio Probatório, Avaliação para fins de Gratificação de Desempenho e Avaliação para fins de Promoção.

- Satisfação e Motivação

Instituição da Atividade Física obrigatória, IN 36 DG/DPF, de 13/08/2010.

- Níveis Salariais

a) Policiais: 4 Níveis Salariais (Terceira, Segunda, Primeira e Especial), conforme Lei 11.358 e Decreto 7004, de 23/11/09;

b) Administrativos: Divididos em Classes e Padrões (A, B, C e Especial), conforme Lei 10.682 e Decreto 84.669/80.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

Esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

6.2) ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DA GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO E SEUS EFEITOS NO MÉDIO E LONGO PRAZO

Não se aplica, tendo em vista que esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

7. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV

Encontra-se apresentada no Anexo I.

8. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Encontram-se apresentadas no Anexo II.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro XX - Estrutura de controles internos da UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Ambiente de Controle</i>					
<i>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</i>					<i>x</i>
<i>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</i>				<i>x</i>	
<i>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</i>					<i>x</i>
<i>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</i>					<i>x</i>
<i>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</i>					<i>x</i>
<i>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</i>				<i>x</i>	
<i>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras</i>					<i>x</i>

<i>das responsabilidades.</i>					
8. <i>Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</i>					x
9. <i>Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</i>					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. <i>Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.</i>		X			
11. <i>Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.</i>		X			
12. <i>É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.</i>		X			
13. <i>É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.</i>		X			
14. <i>A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.</i>	X				
15. <i>Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.</i>	X				
16. <i>Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.</i>			X		
17. <i>Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.</i>					X
18. <i>Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.</i>					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. <i>Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.</i>			X		
20. <i>As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.</i>			X		
21. <i>As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.</i>				X	
22. <i>As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.</i>				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. <i>A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.</i>					X
24. <i>As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.</i>					X
25. <i>A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.</i>					X
26. <i>A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.</i>				X	
27. <i>A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.</i>			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. <i>O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.</i>			X		
29. <i>O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.</i>			X		
30. <i>O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.</i>					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1) GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro XXI - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					x
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Economia de energia, produtos reciclados, baixa emissão de ruídos, redução de impressão de documentos etc.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					x
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					x
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	ISO/IEC 24711/19752/19798				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					x
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Implantação de poços artesianos, aquisição de água potável em garrações, e não bebedouros.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					x
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	O órgão central realizou a aquisição de papel reciclado para todo o DPF				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	A SR/SE não adquiriu novos veículos				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				x	
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Os garrações de água são reutilizados, os copos plásticos são reciclados e o papel é				

	reciclado				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					x
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Palestras e avisos nas dependências da SR/SE				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					x
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Palestras, folders e participação de servidores no plantio de árvores para neutralização dos níveis de carbono emitidos nas atividades da SR/SE				
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1) GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Não se aplica a esta Superintendência Regional, pois o imóvel em que funciona a SR/DPF/SE não pertence a União, não havendo bens imóveis pertencentes a União geridos por esta UJ.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1) GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro XXII - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação
----------------------------	-----------

	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				x	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	1 Servidor 4 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		x			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				x	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				x	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	80%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				x	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais:					

13. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Na utilização de cartões de pagamento do governo federal foram observadas as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e nº 6.370/2008.

Quadro XXIII – Utilização dos Cartões de Pagamento do Governo

DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO 2010							
SUPRIDO	SF SIAFI	VALOR TOTAL DO SUPRIMNETO R\$	VALOR DO SAQUE R\$	VALOR DA FATURA R\$	TOTAL R\$	DIFERENÇA R\$	TOTAL DEVOLUÇÃO R\$
NIP	VS	8.000,00	6.000,00	1.965,05	7.965,05	34,95	34,95
BRENO FERREIRA	REE	13.000,00	3.000,00	9.551,27	12.551,27	448,73	448,73
GUTEMBERG ROLLEMBERG	REE	16.000,00		15.294,68	15.294,68	705,32	705,35

JOÃO RICARDO FONSECA	REE	2.500,00		1.997,91	1.997,91	502,09	502,09
LUIZ HENRIQUE	REE	17.000,00	6.979,00	9.990,16	16.969,16	30,84	30,84
NIP	VS	8.000,00	830,00	6.000,00	6.830,00	1.170,00	1.170,00
GUTEMBERG ROLLEMBERG	REE	25.000,00		24.931,58	24.931,58	68,42	68,42
NIP	VS	18.000,00		14.660,15	14.660,15	3.339,85	3.339,85
ALESSANDRO DUMAS	REE	3.000,00		869,72	869,72	2.130,28	2.130,28
DOGILSON SANTOS	REE	3.000,00		500,00	500,00	2.500,00	2.500,00
FLAVIO LUIZ LISA	REE	2.000,00	215,00	35,00	250,00	1.750,00	1.750,00
FRANCISCO CORREIA	REE	2.000,00		1.638,10	1.638,10	361,90	361,90
PAULO SAMPAIO LOPO	REE	3.000,00	480,00	462,73	942,73	2.057,27	2.057,27
NIP	VS	10.000,00	2.000,00	7.653,25	9.653,25	346,75	346,75
LUIS HENRIQUE	REE	25.000,00	14.816,00	9.182,96	23.998,96	1.001,04	1.001,04
JOÃO RICARDO FONSECA	REE	10.000,00	5.740,00	2.254,11	7.994,11	2.005,89	2.005,89
NIP	VS	2.000,00	2.000,00		2.000,00	-	-
VALOR TOTAL		167.500,00	42.060,00	106.986,67	149.046,67		18.453,36

OBS:	Valores obtidos em cada processo de suprimento de fundos
------	--

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica a esta UJ.

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.

16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Não ocorreram recomendações da OCI a serem atendidas no exercício de 2010.

LUCIANA MATUTINO CAIRES
Delegada de Polícia Federal
Chefe do Setor de Administração e Logística Policial
Matrícula 17.135

JOSÉ GRIVALDO DE ANDRADE
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
Matrícula 6.078

ANEXOS

1 - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SELOG/SR/DPF/SE

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS

DECLARAÇÃO

Denominação completa: **Superintendência Regional do DPF no Estado de Sergipe**
Código das UGs: **200344 e 200345**

Declaramos que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais-SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09/08/2010.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria-SICONV, informamos que esta Superintendência não firma convênios, contratos de repasse, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.

Estamos cientes das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Aracaju/SE, 29 de Março de 2011.

Elton Lopes Gomes
AADM - Mat. 12209

Livia Bezerra O. de Santana
AADM - Mat. 12487

2 - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº
107/2010

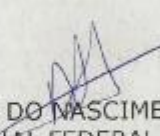


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE RECURSOS HUMANOS
Av. Augusto Franco, 2280 - Bairro Getúlio Vargas Tel. 79 2106-0563
CNPJ nº 003944940041-23 - Aracaju/SE

DECLARAÇÃO


Declaro, para cumprimento ao previsto no Art. 4º, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes do Rol de Responsáveis do Departamento de Polícia Federal, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendas relativa ao exercício de 2010, ano base 2009, na forma da Lei 8.730/93.

Aracaju/SE, 30 de março de 2011.


DERALDO ADOLFO BARBOSA DO NASCIMENTO
PAPILOSCOPISTA POLÍCIA FEDERAL
CLASSE ESPECIAL
MAT. DPF 2116
CHEFE DO SRH/SR/DPF/SE

3 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL
DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SE - SR/DPF/SE	200344 - 200345
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8